

# A 'mente' e o homicídio: A gestão da violência no tráfico de drogas em São Paulo

**Paulo Artur Malvasi**

Professor da Uniban e pesquisador do Liesp/FSP/USP

Este artigo examina as táticas proporcionadoras da expansão da influência do Primeiro Comando da Capital (PCC) e sua relação com a gestão da violência no ambiente do tráfico de drogas. Apresento os resultados de uma etnografia realizada em dois bairros da periferia de São Paulo. Descrevo o cotidiano de relações econômicas e políticas no contexto específico de tráfico e discuto as concepções nativas sobre as características definidoras do "traficante", o lugar da violência e da inteligência na gestão dos pontos de venda e a difusão do PCC como o poder orientador do crime. Verifico como o recurso à noção nativa de "mente" compõe um contexto geracional que levou à redução dos índices de homicídios nesses locais nos anos 2000.

**Palavras-chave:** tráfico de drogas, homicídios, periferia, São Paulo, PCC

The article **The 'Mind' and Homicide: Violence Management in Drug Trafficking in São Paulo** examines the tactics that have led to the increased influence of the PCC and its relation with violence management in the sphere of drug trafficking. The text presents the results of an ethnographic survey conducted in two suburban districts of São Paulo. I describe the everyday experience of economic and political relations in the specific setting of drug trafficking and discuss native notions regarding the defining characteristics of the "dealer", the place of violence and intelligence in managing drug sales points and the diffusion of the PCC as the guiding power behind crime. I verify how resorting to the native notion of "mind" in this environment forms a generational context which led to reduced homicide rates in these places in the 2000s.

**Keywords:** drug trafficking, homicides, outskirts, São Paulo, PCC

**T**enho afirmado em trabalhos recentes (MALVASI 2011a, 2011b) que o tráfico de drogas em São Paulo tem se mostrado, sobretudo aos mais jovens, uma das possibilidades dadas à "viração": um mercado de fácil acesso, uma efervescente estrutura de oportunidades ilegais, que aceita os jovens de acordo com a especialização e características pessoais. O tráfico é um dos empregos mais acessíveis para jovens com pouca formação escolar. A adesão a esse, então, empregador cresce, a despeito do aumento substancial da punição dos adolescentes ingressantes na "firma"<sup>1</sup>. A diminuição do número de homicídios no ambiente do tráfico de drogas na segunda metade dos anos 2000 em São Paulo<sup>2</sup> implicou uma ampliação dos interessados em trabalhar no "movimento". Nos territórios paulistas em que realizei a pesquisa de campo, jovens não dispostos a pegar em armas e tampouco com disposição para atividades envolvendo risco de vida, passaram a ver no tráfico uma possibilidade de ganhar dinheiro.

Recebido em: 06/03/2013  
Aprovado em: 01/08/2013

1 Em 2006, do total de adolescentes do sexo masculino internados, 17% o eram por tráfico de drogas; em 2008 esse número havia saltado para 32%. Em 2009, era 30% e em 2010, 33,5%. No caso das meninas: 2006, 32%; 2007, 41%; 2008, 47%; 2009, 45%; 2010, 46,5%.

2 Em 1997, o número de homicídios na cidade de São Paulo era de 56,7 para cada 100 mil habitantes; esse número chegou a seu ápice em 1999, com 69,1/100 mil. A partir de 2003 (52,4) o número despencou, chegando em 2009 a 15,2. Na região em que se localiza o bairro etnografado, o auge dos homicídios ocorreu em 1999, passando da casa dos 60/100 mil, e caiu em 2009 para perto de 15 por 100 mil.

Este trabalho discute os resultados de uma etnografia realizada em dois bairros da periferia da Região Metropolitana de São Paulo em 2009, 2010 e 2011 (MALVASI 2012). A pesquisa reconheceu a justaposição de três instâncias de saber e poder nas dobraduras do tráfico de drogas: uma dimensão territorial, simbólica e existencial – a *quebrada*; um ambiente de mercado – o *tráfico de drogas* – disparador de práticas e também inserido em um “marco discursivo” – o “mundo do crime”; e um sistema político-estatal voltado para atender adolescentes “em conflito com a lei”, organizador de discursos e de tecnologias sobre crime e drogas – o *Socioeducativo*. Neste artigo se discute especificamente as dinâmicas do tráfico de drogas, voltando-se especificamente para o cotidiano de relações econômicas e políticas de um contexto específico de tráfico. Descrevo, primeiramente, a dinâmica de trabalho nessa atividade em um bairro de periferia de uma cidade situada nas franjas da Região Metropolitana de São Paulo: a organização do labor, os ganhos, a flexibilização, os riscos, as tramas de relações estabelecidas em torno do comércio de drogas. Em seguida, discuto as concepções nativas sobre as características definidoras do “traficante”, o lugar da violência e da inteligência na gestão das *lojinhas* (ponto de venda de drogas, também chamado de *boca*, *biqueira* ou ainda *shopinho*) e a difusão do nome Primeiro Comando da Capital e de sua sigla, PCC, como o poder orientador do *crime*. A análise se volta para a caracterização dos mecanismos e táticas proporcionadoras da comunicação da “mente criminal” para os jovens do bairro por meio da *sintonia do PCC* e sua relação com a diminuição dos homicídios nesse contexto.

### **Flexibilidade, empreendedorismo e violência nas ‘lojinhas’**

O texto é construído em torno de personagens envolvidos em situações e em redes de relacionamentos das quais emergem a descrição e a análise. As tramas se baseiam em situações vividas por alguns dos 27 jovens participantes da pesquisa de meu doutorado (MALVASI 2012), tendo eu acessado o conjunto das informações durante o efetivo exercício de pesquisador e em minha jornada profissional difusa. A

criação desses personagens obedece à escolha temática deste autor e está integralmente baseada em material empírico registrado nos diários de campo e nas transcrições das entrevistas. Nesta etnografia, o envoltório ficcional é unicamente estratégia descritiva coordenando um conjunto de informações fragmentadas e incompletas encontradas em meus próprios dados: minha ênfase se concentra em afirmar que esta etnografia ficciona apenas a experiência de interação do pesquisador com seus interlocutores, mediada por estratégias descritivas baseadas em personagens e tramas humanas.

Acompanharemos aqui, então, seis meses da trajetória de três personagens, ocupantes de diferentes posições hierárquicas na “firma” – Joílson (dono de uma *lojinha*), Jota (gerente) e Elias (vendedor). Outros dois personagens serão mencionados, registrando que as informações sobre eles advêm de pessoas com quem estive efetivamente em contato. Todos eles de alguma maneira se relacionarão com o PCC, seja como membro ou não. Para ser considerado como tal é necessário o apadrinhamento de um já membro, que passará a ser responsável por seu apadrinhado. Ao ingressar, passando a ser considerado um “irmão”, é necessário passar por um “batizado” – cujo ritual não acompanhei nem obtive informações detalhadas sobre as etapas, que confirmariam a efetiva filiação ao PCC. Entretanto, como veremos, também é possível ser “primo”, considerado aliado da organização, mesmo não tendo o vínculo de “irmão”, mas estabelecendo negócios com membros efetivos.

Os outros dois são Abóbora (“irmão” que no período foi o “sintonia” e gerente do “patrão” na região) e Montanha (o próprio patrão). No bairro em questão, há no varejo seis pontos maiores de venda de drogas, chamados, como veremos, de *lojinhas* pelos trabalhadores no cotidiano de atividades ordinárias: dois deles são de um “irmão” apadrinhado do “patrão” da cidade; dois são do “patrão” – tido como membro e que *controla* os negócios realizados na cidade e na região de dentro do estabelecimento prisional em que está detido; os outros dois pontos de venda são de jovens crescidos na comunidade e primos do comando. Nesses seis locais trabalham aproximadamente 100 jovens no comércio de rua<sup>3</sup>, chamados de “vapores”, sendo que cerca de 30 traficantes revendem a mercadoria desses pontos em diversos espaços da cidade<sup>4</sup>. No bairro estudado, a população jovem (com idade entre 15 e 29 anos) é estimada em 3.500 pessoas.

3 De forma geral, as lojinhas operam em um fluxo semelhante: há dois turnos de trabalho, um de 7h a 19h; outro, de 19h até as 7h – portanto, turnos de 12 horas. Cada um que trabalha no “pacotinho” recebe uma quantidade e quando trouxer o equivalente à venda completa, recebe outra.

4 A maior parte de meus interlocutores não sabia dizer o movimento bruto ao mês de uma lojinha. Aqueles que sabiam, pelo lugar que ocupavam na “firma”, não quiseram falar. Partindo das informações obtidas dos vendedores individuais sobre suas rendas, com data-base de abril de 2009, chega-se a um valor aproximado do movimento das biqueiras. Com um renda média mensal de R\$ 2.500 para cada vendedor, uma biqueira com 10 comerciantes, como a de Joílson, teria um faturamento bruto mensal de R\$ 125 mil. Uma lojinha como a de Jota, com 18 vendedores, faturaria R\$ 225 mil ao mês. São números especulativos, pois a média que calculei da venda mensal por vendedor é baseada na informação de alguns poucos negociantes.

Joílson é o “dono” de uma *biqueira*. Ele tem 23 anos e é conhecido, segundo jovens moradores do bairro, pelo modo como conquistou sua *boca* na “luta” e pelas suas idas e vindas constantes a sistemas de privação de liberdade. Embora já tenha sido convidado, não se tornou “irmão”. Diz que não interessa, sobretudo pela rigidez do compromisso; uma vez dentro, fica difícil sair. Mas afirma “correr” com o PCC. Segundo ele, ser “irmão” tem o “lado bom” e o “lado ruim”. O “bom” é que quem assim se torna tem garantia de recebimento da mercadoria, proteção dentro e fora da cadeia e o status de fazer parte do “Partido”. O “ruim” é que o “negócio fica amarrado”. Ele, então, é apenas um “primo”. Para se situar no *crime* é necessário estabelecer vínculos com algum membro do “comando”. Uma das características dos aliados é comprar as mercadorias preferencialmente com o “patrão” da região.

No início, a *lojinha* de Joílson estava organizada com seis vendedores no turno do dia e quatro à noite – todos entre 14 e 19 anos; outros pequenos traficantes também vendiam para ele, ou melhor, tomavam quantidades em consignação e contavam com um prazo determinado (geralmente poucos dias) para efetuar o pagamento. Esses autônomos costumam ter suas próprias clientelas e pontos específicos espalhados pela cidade, não possuindo compromissos diários com a *biqueira* e não precisando ser fiéis a ela.

Montanha está em privação de liberdade em um presídio de segurança máxima do estado de São Paulo. Meus interlocutores dizem que ele tem a lista de todos os pontos e segue inteirado dos fluxos dos negócios, não apenas de suas *lojinhas*, mas também do que diz respeito à distribuição para grande parte das *biqueiras* da região. Ele tem representantes (“irmãos”, apadrinhados) acompanhando *in loco* os negócios, e que foram chamados pelos termos “disciplina” e “sintonia”; suas atividades consistem em passar nos pontos, informar-se sobre os negócios com gerentes e donos, encomendar novas remessas e informar sobre os fluxos das finanças e das mercadorias ao “patrão”.

Jota tem 25 anos, não tem sua *lojinha*, mas é respeitado no “movimento”: cresceu no *crime* (já matou), tem carro bom e casa boa, é tido como “marrento” (bom de briga, bom de bola) e é “ladrão” (designação genérica daquele que é reconhecido como envolvido com o crime, independentemente da modalidade de infração<sup>5</sup>) que nunca foi preso. Além disso, ele é aproximado de jovens do hip hop, e, embora não cante nem participe de nenhum grupo, às vezes ajuda na redação de letras de rap ou na organização de eventos. A *lojinha* que gerenciava no início da pesquisa era uma das mais movimentadas e com maior número de vendedores – ao todo eram 18, divididos em 11 durante o dia, e sete à noite.

Elias tem 16 anos e vendia “pacotinhos” na mesma *biqueira* de Jota. Considerado talentoso no tráfico, diz com certo orgulho que nunca matou. Destaca-se nas vendas e pelas horas de dedicação: entra às 19h e sai às 7h, com folga (optativa) a cada três dias; geralmente prefere trabalhar. Diz que não se envolve em “parada errada”, intrigas e disputas pequenas com outros vendedores; um trabalhador disputado que, durante os meses de campo, foi chamado para atuar em diferentes pontos. Afirma que para crescer no *crime* não se pode consumir muita droga; deve-se, principalmente, evitar a cocaína quando no tráfico noturno; crack, nem pensar; já maconha, para ele é “normal”. Outra recomendação é evitar brigas com a mãe ou qualquer outro parente e mesmo com vizinhos – para “não dar ‘b.o.’” (sigla de “boletim de ocorrência”, documento preenchido em delegacias – a expressão significa se expor ao risco de ser preso ou denunciado) na “comunidade”.

Os nomes dados aos pontos de venda – como disse, chamados em diferentes momentos de *lojinhas*, *biqueiras* ou *bocas* – oferecem algumas pistas sobre transições no ideal de traficante. Perguntei por que eles têm usado o termo *lojinha* para o ponto de venda de drogas. Segundo Jota, é para não dar “milho” (quando se dá um “mico”, quando se faz algo errado no “mundo do crime”); a palavra *lojinha* pode ser usada em qualquer lugar. “Você pode até trocar ideia em um ônibus, que ninguém vai perceber.” E *boca*? “Ah, boca era antigamente.” Em um momento descontraído da conversa, Jota fez a comparação do “passado” com o “presente”: “Imagina se antes falasse pro bandido que ele

5 O termo “bandido” costuma ter a mesma acepção.

tem uma 'lojinha'. Ele ia falar: 'Tá me tirando'? Tá achando que eu tô vendendo calcinha e sutiã, mano? Aqui é a boca" (risos). O termo *boca*, entretanto, não deixou de ser usado: quanto mais próximo da situação de conflito aberto, da possibilidade de traição e de disputa por meio de armas, mais esse nome foi usado. Quanto mais relacionado ao comércio, ao cotidiano e às questões de administração e finanças, mais se chamou de *lojinha*. Mas o mais usado continua sendo o termo intermediário *biqueira*.

Na primeira metade de abril de 2009, sob a alegação do "comando" de que a apreensão policial de grande quantidade de mercadoria e a diminuição das vendas geraram grande prejuízo ao "patrão", uma série de novos procedimentos foi adotada na organização das *lojinhas*. Montanha deu ordem para que suas *biqueiras* não tivessem mais gerente, suspendeu a distribuição para os pontos de "primos" por 10 dias e trouxe dois "representantes" de fora da cidade (dizem que oriundos da capital, São Paulo). Também mudou a política de pagamento para os vendedores: de 15 "pacotinhos" para cada um, com 12 devendo ser pagos ao gerente ou "dono" da *lojinha* e três ficando para o vendedor, o "comando" mudou para 15 por dois, 13 para a "firma" e dois para o "vapor". Além disso, a pausa na distribuição na área por 10 dias gerou perdas e tensões. Clientes se afastaram e os donos de pontos e gerentes passaram a pressionar, via comunicação contínua, por informações sobre como as coisas caminhariam.

Jota perdeu seu posto de um dia para outro. Nesse período, comentou, perplexo, em um encontro: "Pô, o crime é podre mesmo. Trabalhei direito, levantei uma grana pra firma e agora fiquei na mão." Joílson também sofreu impacto em seu faturamento: em um primeiro momento, as mercadorias deixaram de chegar e, duas semanas depois, retornou um fluxo de entrega, mas com pouco material, já empacotado (pronto para venda). Ele não teve dúvidas e, naquela mesma semana, negociou com outras fontes em São Paulo – melhor qualidade e maior quantidade por valor. Além disso, passou a oferecer aos *vendedores locais* a antiga comissão de 20% de antes da "crise", dobrando, assim, o número dos que vendiam "pacotinhos".

Elias, por exemplo, foi trabalhar com Joílson. E assim também fez Jota, mas como simples vendedor de “pacotinho”. Joílson não tem a figura do gerente, pois ele mesmo gerencia seu comércio, mas mesmo assim abriu espaço para o outro “levantar um dinheiro”, comentando inclusive que ele poderia faturar até mais do que como gerente, agindo com “disciplina”<sup>6</sup>. Na prática, Joílson cedeu uma quantidade maior que o habitual para Jota e permitiu que ele tivesse flexibilidade de local de trabalho e de data de pagamento.

Em maio de 2009, portanto, todo o mercado local estava reconfigurado, especialmente pela ação de Montanha, que empreendeu uma, digamos, “reengenharia de produção”. Tal situação gerou tensões: “representando-o”, Abóbora passou a sondar (junto com outros “irmãos” de outros locais da grande São Paulo que migraram para o bairro) as *biqueiras* dos não “irmãos” – os “primos” ou “aliados”. O olhar vigilante incomodou e gerou apreensão com uma eventual “verminagem” (a possibilidade de os “representantes” do “patrão” tomarem as *bocas* dos “primos” à força). Presenciei uma conversa entre Joílson e Jota em que eles manifestaram desconfiança de que todas aquelas mudanças promovidas pelo “comando” no bairro eram motivadas porque Montanha tinha a intenção de colocar todas as *bocas* sob sua administração.

Meus interlocutores contam que quando o “comando” chegou à cidade (por volta de 2003), os diversos pontos de venda foram cadastrados. Joílson (à época com 16 anos) e outros jovens viviam em guerra permanente por pontos de venda e pelo poder local com outros traficantes. Segundo eles, batalharam para conquistar seu espaço. Quando o PCC chegou, eles tiveram a “oportunidade” de ficar e serem batizados. Alguns tornaram-se “irmãos”, outros não, entre estes Joílson, que firmou um acordo com o “comando” regional, estabelecendo com ele uma *sintonia*. O rapaz nega que precise manter o acordo por obrigação; gosta de *contar vantagem* sobre sua independência. De qualquer forma, não deixou de manter as negociações, embora transacionando “por fora” com outros distribuidores (também “irmãos”).

No início de maio, Abóbora chegou a conversar sobre sua *biqueira* com Joílson. Este não me contou o conteúdo do diálogo, mas disse ter ficado “cabreiro” e passado a armar alguns de seus trabalhadores, sobretudo os do noturno. Ele

6 “Disciplina”, nesse caso, pode significar a realização do trabalho com constância e tenacidade. Assim expressou Jota, segundo minha reconstituição: “Para eu conseguir ganhar dinheiro, eu tenho que fazer o trabalho direitinho... estar na hora que os consumidores mais procuram as drogas, estar disponível por várias horas do dia e da noite, não vender uma quantidade e já achar que está bom”.

não apenas defendeu seu espaço, como também aproveitou para ganhar terreno no negócio local. Fez outra proposta para jovens insatisfeitos com a forma de pagamento estipulada por Montanha, aumentando substancialmente seu negócio: de 10 vendedores em fevereiro, passou para 19 em março, tornando seu ponto um dos mais movimentados da região. Foi um período bastante tenso, pois havia a impressão de que o “comando” – ou outros “ladrões” – quisessem tomar a *boca* de Joílson.

Em junho, Abóbora assumiu o posto de gerente em uma das *lojinhas* de Montanha. No final do mês, fugiu após uma investida da Polícia Militar (PM). O boato que se espalhou é que estava devendo muito e tentou fugir. Os comentários de Joílson foram jocosos, com ar de vitória na contenda. Dizia que Abóbora “bateu a nave” (o que quer dizer que o traficante quis ganhar espaço rápido demais, mas não conseguiu). “Irmãozinho de papelão”, disse Joílson, achincalhando-o por ser “irmão do PCC”, mas não ter “competência” para fazer o negócio prosperar. Com a queda de Abóbora, outros membros do *crime* passaram a ridicularizá-lo. Jota disse que ele era muito *gandaieiro*: “O cara que é ‘ladrão’ não pode ser muito ‘baladeiro’”. Elias disse que, para quem segue certo – reto – as coisas caminham bem, citando o caso do ex-gerente que, segundo ele, quis passar por cima dos outros e perdeu tudo rápido.

Uma dívida sempre deve ser paga. Mas o fato de se ter uma e não ter conseguido pagar não significa que haverá necessariamente represália: dependendo do histórico do traficante, do “corre que ele já fez pro crime”, ele passa por uma “anistia” – mesmo devendo, recebe uma quantidade de drogas para trabalhar e saldar o débito. Alguns preferem realizar outro crime – furto, assalto – para fazê-lo. Muitos, entretanto, não têm o “apetite” para empreender assaltos, só querem traficar; ouvi mais de uma vez a expressão “graças a Deus nunca roubei ninguém”.

No início de julho, Abóbora reapareceu direto para um “debate”<sup>7</sup>. Meus interlocutores contaram que ele ficou com três “irmãos” em uma casa da favela, por mais de 24 horas, até conseguir falar com Montanha, para a definição final do caso. Desde então, ficou muito mais discreto. Uns dizem que trabalha em outro bairro; outros, que foi “excluído”<sup>8</sup>.

7 Com relação ao procedimento utilizado para mediar contendas entre membros do “mundo do crime” e conflitos comunitários, ver Feltran (2011). No debate, busca-se primeiramente um acerto pela conversa. Nesse caso, o irmão (membro do PCC) diz como deve ser resolvida a contenda ou a discórdia. Se não houver resolução possível, se a “falta” foi muito grave (delação, relação com mulher de parceiro etc.), a sentença pode ser a morte ou a exclusão. A exclusão, como uma noção nativa referidas a formas de gestão do tráfico, significa o banimento da atividade criminosa. Quem é excluído não pode voltar a trabalhar no tráfico. Dessa forma, o excluído continua na quebrada, mas fica no limbo: não se insere como trabalhador, não tem chance de retornar ao tráfico e ainda fica vulnerável à violência do tráfico porque é considerado um potencial delator.

8 Uma das possíveis decisões do “debate” significa a expulsão do “mundo do crime” ou, dependendo do caso, do local de moradia. Essa sentença é chamada de “exclusão”.



Montanha ficou sem contato por 20 dias no mês de julho. A informação é que tiraram a comunicação dele na prisão, ficou sem “radinho”, perdeu a *sintonia*. Nesse período, traficantes da capital surgiram para cuidar de seus negócios. Joílson continuou desconfiado, achando que queriam tomar sua *biqueira*. Nunca se sabe se o medo tem razões efetivas ou se faz parte da insegurança inerente ao negócio: em diversas ocasiões, os traficantes falavam “o barato é louco” ou “o barato é sinistro”, quando se referiam às relações tensas e inseguras entre os membros do comércio local de drogas.

Em meados de julho, Jota me contou a seguinte história: estava na casa de um parente seu com Joílson, jantando. Depois, eles saíram para conversar na rua e “fumar um baseado”. “Tava uma lua loka”, disse. Joílson ficou andando e conversando, de um lado para outro, com os braços para trás. Em determinado momento, parou e disse: “Eu tô ‘pedalando’ [*andar sem parar, de um lado para o outro*], irmão, igual na cadeia”. Ele (que saiu da prisão em julho de 2008) estava a toda hora atento, olhando para todos os lados. Jota o descreveu para mim:

Ele disse que agora está muito mais esperto. Na cadeia, você aprende a ter disciplina, a ficar ligado o tempo todo. Tem uma pá de procedimentos, tem que andar reto, não dá para ficar brincando. E quando sai para a rua aprende que é assim na rua também – que é o momento de ter disciplina pra fazer um dinheiro.

No final de julho, de dentro de uma penitenciária, um “irmão” próximo a Montanha entrou em *sintonia* com Jota. Segundo ouviu na ligação, Montanha mandou dizer que não se esqueceu deles (referindo-se, no caso, a Jota e a diversos outros traficantes das *lojinhas* do “comando”); ficou sabendo dos problemas (a não liberação das mercadorias e o conseqüente prejuízo) e prometeu enviar alguns quilos de maconha e aproximadamente 100g de cocaína e a mesma quantidade de crack, dando 15 dias para Jota pagar. Para este, entretanto, não havia uma dívida de fato: ele desconfiou das verdadeiras intenções de Montanha, lidando com a hipótese de talvez ter sido “cortado” por o outro ter considerado que a “gerência” estava ganhando demais – e a “história” da dívida serviria apenas para *tirar* quem estava ganhando muito. Para ele, primeiro o movimento caiu e deu prejuízo, depois o “patrão” voltou atrás.

Com efeito, o movimento nas *biqueiras* de Montanha diminuiu no período. Jota não quis voltar a ser gerente, mas Elias, sim. E o movimento da polícia aumentou. Elias disse que nesse período eles tiveram que evitar a presença na rua conversando em rodas, juntos, fumando maconha – hábitos corriqueiros de antes, exercidos com certa tranquilidade.

Certa noite, no início de agosto, um carro suspeito surgiu e seguiu na direção do ponto de venda de Joílson. Ele e outros interlocutores consideraram se tratar de policiais à paisana. Um dos adolescentes, armado, deu a ideia de o grupo não sair correndo, que eles ficassem para reagir – e nessa situação de adrenalina, o garoto deu um tiro na direção do carro, de onde saiu o revide. Ninguém foi preso nem morto nesse tiroteio, mas a tensão e a violência aumentaram substancialmente nos meses seguintes.

Joílson armou seus trabalhadores noturnos, receoso de eventuais ataques, mas ele próprio não acreditava que alguém ligado a Montanha faria isso, pois quebraria a *sintonia* do “comando”. “Não me matariam sem um ‘debate’”, afirmou; ao mesmo tempo, considerou o “barato sinistro”. “Você nunca sabe se algum ‘verme’ fará uma ‘traíragem.’” A tentação da arma na mão de um adolescente foi a brecha para a ocorrência da primeira situação de atentado à vida de que tive conhecimento durante os primeiros meses da pesquisa de campo.

### **Tráfico: inteligência, atributo capital; violência, ferramenta de trabalho**

Nos seis meses de pesquisa etnográfica aqui reconstituída, os vendedores de algumas *lojinhas* de um bairro da periferia da Região Metropolitana de São Paulo tiveram que se adaptar a uma série de mudanças rápidas e radicais nas formas de gestão e organização do tráfico local – com impacto, inclusive, no pagamento pela venda das substâncias psicoativas: “Pegou no bolso”, afirmou Jota. A responsabilidade pela produtividade e pelas perdas foi compartilhada entre todos os que fazem parte do negócio, embora o ganho seja bastante desigual. Ademais, os menos beneficiados pelos lucros (os “moleques dos pacotinhos”, predominantemente adolescentes) são os mais expostos aos riscos do comércio, sendo a repressão policial o maior deles, além da apreensão de drogas e ameaça de prisão.

O comércio varejista de drogas é dinâmico, fluido e fragmentado. O modelo de gestão financeira dos negócios está centrado na busca de maior lucratividade, e um dos mecanismos adotados é a flexibilização do trabalho dos jovens vendedores – um modelo contemporâneo de gestão, que acompanha a tendência de tornar maleável o trabalhador comum à gestão das empresas na contemporaneidade (SENNETT, 2008), e que tem sido incorporado por esse mercado ilícito. Mas embora esteja em consonância com a tendência do capitalismo de especialização flexível, o estudo do comércio de drogas aqui desenvolvido leva em conta duas outras influências: o trabalho ocorre em uma *quebrada*, onde existem práticas e condutas adaptáveis comuns à “viração” das classes populares em São Paulo; e o comércio de drogas sofre as consequências de ser uma “prescrição legal”, possuindo as dinâmicas próprias das práticas ilícitas, com suas incertezas e riscos de perda, assim como seus altos – e rápidos – lucros. Trabalhar no tráfico significa também olhar a morte sem fraquejar; estar disposto a ser preso, a perder mercadoria por apreensão; gastar uma parte substancial das “economias” com advogado. E de fato os jovens “traficantes” lidam com essas possibilidades: falam delas porque observam em diversas trajetórias de vida acontecimentos e situações cotidianas de eminente risco. Para os jovens traficantes, de vendedores iniciantes no tráfico aos “patrões” que já possuem uma longa *caminhada*, esse mercado se configura em uma carreira emocionante, da qual os riscos e as consequentes perdas são parte inerente; um “jogo absorvente”, nos moldes daquele descrito por Geertz, que parte da definição de “jogo profundo” (Bentham) para questionar uma visão puramente economicista de explicação da participação de tantos homens em brigas de galo. Tratar-se-ia de um jogo no qual as apostas são tão altas que, do ponto de vista utilitarista, seria irracional que os homens se envolvessem nele. Para Bentham, tais homens são irracionais – viciados, tolos, selvagens. Para Geertz, porém, o dinheiro na briga de galo é menos uma medida de utilidade, e antes um símbolo de importância moral, percebido ou imposto. O que está em jogo é o status. “E como (ficando com Weber) a imposição do significado na vida é o fim principal e a condição básica da existência humana, esse acesso à significação compensa amplamente os custos econômicos envolvidos” (GEERTZ, 1989, p. 301).

O tráfico se constitui em uma atividade produtiva em consonância com tendências atuais de consumo, estilo de vida e valores recorrentes entre jovens do mundo todo. Nos contextos em que pesquisei, participar do tráfico local é participar de uma turma, com suas músicas, festas, adereços, *máquinas* (carros, motos, celulares). A busca por reconhecimento nesse contexto possui similaridade com a participação em comunidades desterritorializadas de consumidores de estilo, como os rappers, por exemplo. O “estilo bandido” do trabalhador do tráfico é também uma referência de estilos de vida juvenis nas *quebradas* pesquisadas. Trabalhar no tráfico é, além de uma atividade laboral, um *modo de vida* compartilhado. E esse fato indica, a meu ver, a presença de mecanismos simbólicos de sujeição ao “comando”; no processo anteriormente descrito, a interiorização dos elementos simbólicos do “ser traficante” facilitou que a reengenharia de produção fosse acolhida pelos trabalhadores sem maiores resistências. Não houve um “debate” para se discutir as “questões trabalhistas”: só pôde exigir do “patrão” seus “direitos” o traficante preso durante suas atividades. Nesse caso, há um consenso de que o “patrão” deve dar uma ajuda financeira à família.

Além disso, a decisão sobre a gestão dos trabalhadores do tráfico foi de “cima para baixo”. Não houve nenhuma mediação, nenhuma tentativa de negociação. Aqueles que não aceitaram as alterações impostas pelo “patrão” simplesmente fizeram um movimento individual de mudança, passando a trabalhar em uma *lojinha* concorrente: demonstração de reconhecimento individual no mercado, mudando o empregador de acordo com um processo de livre concorrência. Cada traficante, independentemente de seu lugar na hierarquia da *lojinha*, é um empreendedor – alguém fazendo certo número de apostas, definindo uma série de comportamentos econômicos, estipulando investimentos para obter melhoria de seu capital pessoal no negócio: uma expressão de um poder conformador da sociedade de inspiração neoliberal, cujo escopo é caracterizado por Foucault como a “multiplicação da forma empresa”. Em suas palavras:

Trata-se de generalizar, difundido-as e multiplicando-as na medida do possível, as formas ‘empresa’, que não devem, justamente, ser concentradas na forma nem das grandes empresas de escala nacional ou internacional, nem tampouco das grandes empresas do tipo do Estado. É essa multiplicação da forma “empresa” no interior do corpo social que constitui, a meu ver, o escopo da política neoliberal. Trata-se de fazer do mercado, da concorrência e, por conseguinte, da empresa o que poderíamos chamar de poder enformador da sociedade (FOUCAULT, 2008, p.203).

Durante os meses (tensos) em que acompanhei as atividades do tráfico, sucederam-se diversas disputas pelo mercado, intrigas, desavenças e mudanças inesperadas em torno do comércio de drogas. Mas uma regra de conduta manteve-se presente: a atitude de evitar o homicídio como forma de resolução dos conflitos. Observamos que um jovem traficante local (Joílson), um não “irmão” do PCC, concorreu no tráfico da região com uma importante liderança regional (Montanha), membro graduado do “comando”, e não sofreu nenhum ataque (embora tenha se sentido ameaçado durante todo o período). Comerciantes menores, como Jota e Elias, mudaram de “patrão” como parte de um processo de “quem paga mais leva”, comum ao mercado de trabalho de forma geral. Não foram ameaçados nem sofreram retaliações por terem aceitado as melhores ofertas de trabalho. Abóbora, com maiores responsabilidades com o “comando” por ser “batizado” e representante de Montanha, em determinado momento deixou a *biqueira* sem aviso prévio e fugiu. Quando resgatado, passou por um “debate” tenso, mas não foi assassinado; foi para a *geladeira*, perdeu espaço, credibilidade e respeito, algo bastante grave para um traficante.

A violência está posta, então, como possibilidade. Como disse Joílson, é uma “ferramenta de trabalho”, mas já não é considerada a opção mais “inteligente” na maior parte dos casos. A noção de *inteligência* surgiu como um atributo dominante do ideal de “bandido” com maior intensidade do que a ideia da “força bruta”, da “disposição para matar”<sup>9</sup>. O assassinato foi recorrentemente identificado com a ideia de “verminagem”. “Verme” é o bandido que mantém a prática de violências, matando

9 Algumas características gerais de um “universo simbólico do crime”; definido por Alba Zaluar como etos da masculinidade, seriam a hierarquia, uma mistura de cálculo racional e emoção, a ambição de ganhar muito e ganhar fácil, a masculinidade reafirmada no uso de armas, na violência, na guerra de defesa de territórios (ZALUAR, 2004). Segundo a autora, “a afirmação maior de um bandido é, inclusive, sua disposição em terminar de vez com a liberdade alheia” – em suas palavras, “disposição para matar” (ZALUAR, 2004, p.64).

e aterrorizando as pessoas; é também o membro da comunidade que chama a atenção por abuso de drogas e furtos em casas de vizinhos. O termo “verminagem” é o que indica, de forma geral, os comportamentos contrários à *sintonia* na *quebrada*. Para grande parte de meus interlocutores – do *crime* ou não – o “verme” atrapalha os negócios e a vida comunitária.

Mas para aqueles que sempre viram *no poder de fazer morrer* dos “traficantes” a base de sua força, o que substituiria a violência bruta como mecanismo de poder? Pois alguns termos e práticas foram recorrentes e despertaram a atenção do etnógrafo. É possível notar algumas indicações do sentido da *inteligência* nas falas e atividades ordinárias dos jovens traficantes. Observa-se, por exemplo, a utilização da expressão “*ter uma mente*” como uma qualificação positiva – espécie de adjetivação intimamente relacionada à ideia de *inteligência*. No contexto estudado, um dos sentidos da noção de *mente* remete a uma racionalidade instrumental para a resolução de situações concretas da vida cotidiana, e para o alcance de objetivos pessoais de ordem material. Quando traficantes falam, por exemplo, sobre a atitude de agir de forma planejada e concentrada nos negócios (buscando maior lucratividade e rotatividade das vendas), eles dizem ser necessário “*ter uma mente*”; quando é avaliado algum comportamento que pode chamar a atenção da polícia, como se envolver em “tretas” (brigas com membros da comunidade ou com competidores do *crime*), a expressão também é utilizada. A frase, nesse sentido, significa não chamar tanto a atenção por motivos banais, manter-se “neutro”, como disse um interlocutor. Outro sentido é o de qualificar positivamente aquele traficante que consegue “se levantar”, ou seja, ganhar dinheiro – comprar uma moto, construir uma casa. Ou seja, nesse caso trata-se de ter um objetivo material, concreto, e conseguir alcançá-lo por meio de uma gestão adequada de recursos e de riscos. Tal inteligência prática é um atributo dominante no “mundo do crime”. Nesse caso, “*ter uma mente*” rima com uma inteligência prática, que combina senso de oportunidade e a arte de contornar situações difíceis, comum à “viração” das classes populares (TELLES e HIRATA, 2007).

O fortalecimento do tráfico como negócio e o crescimento do PCC como força política nos bairros de periferia caminharam juntos nos campos da pesquisa. O narcotráfico é o principal eixo da circulação maciça entre a prisão e a rua, sendo as *lojinhas*, portanto, uns dos principais lócus de difusão da sigla PCC, como discutirei adiante. O “comando” passou a sintetizar, na fala dos jovens, o processo de expansão do “marco discursivo do crime”. Segundo Gabriel Feltran (2011), as fronteiras do “mundo do crime” passam a ser espaços de disputa pelos sentidos do que é legítimo social e publicamente e, assim, elas passam a interferir nas estratégias de gestão de territórios e populações, especialmente nas periferias urbanas. Os traficantes (os pequenos das esquinas, dos varejos em bairros pobres) são punidos independentemente de uma análise de periculosidade, da violência do crime, ou até mesmo das quantidades de drogas apreendidas. A regulação do mercado das drogas no Brasil contemporâneo compõe um cenário global de encarceramento maciço daqueles que não cometeram atos de violência contra indivíduos nem subtraíram patrimônio de outrem, centrando-se o encarceramento em pequenos comerciantes de drogas não violentos e, invariavelmente, moradores de zonas pobres urbanas.

Em *Nascimento da biopolítica* (2008), Foucault indicou que, desde a década de 1970, um pensamento neoliberal propunha o enquadramento do combate ao tráfico de drogas em uma racionalidade de mercado. Isso implicou uma política voltada aos pequenos traficantes, com a consequência de uma “supressão antropológica do criminoso”, que, segundo ele, consiste na

postulação de um elemento, de uma dimensão, de um nível do comportamento que pode ser ao menos interpretado como comportamento econômico e controlado a título de comportamento econômico (FOUCAULT, 2008, p. 353).

### E um sujeito econômico é aquele que

no sentido estrito, procura em qualquer circunstância maximizar seu lucro, otimizar a relação ganho e perda; no sentido lato: aquele cuja conduta é influenciada pelos ganhos e perdas a ela associados (Idem, *ibidem*).

A ação ambiental da repressão policial, muito espacializada em determinados bairros das cidades, resulta na indistinção dos moradores desses territórios. Além disso, os circuitos de amizade e parentesco se cruzam com os circuitos do tráfico, delineando extensas redes de relações construídas nateriormente às prisões<sup>10</sup>; isso acarreta a mobilização de famílias e amigos, não apenas para visitas, mas principalmente no momento das “saidinhas” (liberação de presos em datas festivas, como Natal e Páscoa, para passarem os feriados com suas famílias). A experiência prisional nos territórios estudados não constituiu algo apartado do cotidiano; é, antes, conectada com ele: as histórias dos jovens nas prisões tornam-se crônicas do cotidiano e da própria história do bairro (frequentemente chamado de *quebrada*), principalmente para os mais jovens. A *quebrada* incorpora a prisão como um de seus componentes descritivos, de autorreferência.

Para lidar com o limiar da prisão, a *mente* torna-se, assim, uma qualidade diferenciadora – valorizadora – dos indivíduos. Os relatos da prisão a situam como uma “experiência limite”, na qual apenas o *controle mental* pode manter o sujeito *são*. As trajetórias de indivíduos que passam por essa experiência e saem divulgando ideais de “paz entre os ladrões”, “respeito” e não violência nas relações com a “comunidade”, interdição do assassinato e substituição da força bruta pela capacidade de articulação e comunicação do “ladrão” são recorrentes nas falas dos jovens quando descrevem a introdução da “disciplina” do PCC nas *quebradas*. A constante circulação de jovens dessas localidades entre a prisão e a rua foi o fator que fortaleceu o “marco discursivo do crime” sob a marca do PCC. E esse movimento contou com a mobilização de vários dispositivos, entre os quais o principal foi o telefone celular.

10 Em seu estudo sobre a relação entre prisão e bairro em Portugal, Manuela Ivone Cunha (2008) demonstrou como a prisão “banalizou-se” e “normalizou-se” em certos bairros, sobretudo os mais precarizados das áreas metropolitanas. “A estigmatização que outrora a prisão representava instituiu-se agora a montante da detenção, isto é, instituiu-se pela própria pertença a certos bairros que hoje é habitual verem-se conotados com toda a sorte de patologias” (p.116); “o bairro incorporou a prisão em seu cotidiano” (p. 118). Ela argumenta que a fronteira simbólica entre a prisão e a rua erodiu-se: “Os dois quotidianos afectam-se assim mutuamente de maneira permanente” (p.120).

## **PCC é sintonia: a ‘mente criminal’ em comunicação**

O celular, então é o principal artefato utilizado no processo de erosão da fronteira entre a prisão e o bairro. Esse dispositivo eletrônico é um artefato símbolo da contemporaneidade. Segundo Bauman (2001), ele é um dos principais “objetos culturais da instantaneidade (...), inventados para o uso dos nômades que têm de estar



‘constantemente em contato’” (p.149). Giorgio Agamben (2005) considera o telefone celular um dispositivo<sup>11</sup> entre os vários definidores da fase atual do capitalismo. Sobre esse ponto, ele (2005, p. 13) escreve:

Não seria provavelmente errado definir a fase extrema de consolidação capitalista que estamos vivendo como uma gigantesca acumulação e proliferação de dispositivos. Certamente, desde que apareceu o homo sapiens havia dispositivos, mas dir-se-ia que hoje não haveria um só instante na vida dos indivíduos que não seja modelado, contaminado ou controlado por algum dispositivo.

Com efeito, o celular tornou-se, em pouquíssimos anos, uma ferramenta usada pela imensa maioria da população no estado de São Paulo. No contexto das atividades registradas do tráfico, de homens de negócio (os “patrões”) aos adolescentes em cumprimento de *medida socioeducativa* e das donas de casa em comunicação com seus filhos na prisão aos gerentes organizando o fluxo do trabalho cotidiano nas *biqueiras*, o uso de celulares é central nas diversas relações entre a prisão e a rua. No caso específico do comércio de drogas nos territórios que estudei, o celular foi usado cotidianamente na comunicação entre diferentes membros das equipes de venda durante os turnos, entre os “donos”, seus gerentes e seus vendedores. Essa transmissão via telefonia celular de informações e contatos entre membros do tráfico em outras regiões e dentro das prisões foi comumente intitulada de *sintonia*.

O aparelho foi apropriado para reafirmar laços de lealdade, como na comunicação de Montanha com Jota, mas também em situações de vigilância, tensões e conflitos, como, por exemplo, nas trocas entre Joílson e Jota sobre suas impressões das mudanças no negócio, ou no suposto “debate” feito telefonicamente para julgar a fuga de Abóbora. Os celulares foram usados para o “patrão” controlar os fluxos do tráfico local, mas também para Joílson estabelecer outras redes de contato para conseguir mercadorias com qualidade e preço melhores. Esse dispositivo pode ser usado para o controle e também para a busca de alternativas ao controle de uma liderança do negócio. E é usado ainda na gestão cotidiana do tráfico, revelando dinâmicas refletindo hierarquias, e também as subvertendo.

11 Definição de dispositivo proposta por Agamben (2005): “Toda e qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes”.

A autonomia do PCC em relação a seus participantes é, segundo Karina Biondi (2010), “uma forma transcendente que funciona como produtora de *disposições* e é, por isso, capaz de agregar pessoas em torno de si, em *sintonia* umas às outras graças a essa forma” (BIONDI, 2010, p.196). Segundo a autora (Idem, p. 181), *disposição* é um termo utilizado pelos prisioneiros “para indicar a intensidade e o alcance de suas vontades, em seus mais variados formatos, expressões ou manifestações”. E a *sintonia* seria, portanto, o resultado do PCC como força externa sobre os seus membros. Mas o que é esse efeito? Para ela (p. 244), trata-se do “regime de relações que permite que uma iniciativa, ideia, ato ou enunciado de alguém acione uma cadeia imitativa que ressoe, não sem resistências e adaptações, entre os que estão na mesma caminhada”. Ela torna possível a teorização e a prática política existentes no *comando*, “a ressonância de vontades, em suas mais variadas expressões, por corpos que, *juntos e misturados, correm lado a lado*, estão em *sintonia*” (p. 193). Para a autora, essa teoria tem entre suas características o esforço no sentido de tentar refrear forças autoritárias. A política do PCC no interior das prisões seria “dirigir a *população* e colocar em prática os *ideais do comando* sem, no entanto, estabelecer qualquer relação hierárquica” (p. 155). E, além da quebra de hierarquia, o PCC se expande, não se limita aos membros da organização: “Pode estar presente mesmo onde ele está ausente, ou seja, onde não encontramos os seus membros” (p. 52).

Em minha pesquisa, fora dos presídios e no contexto específico do comércio de drogas em apenas dois territórios paulistas, a (não) hierarquia interna do PCC é sustentada por relações entre “ladrões” de “igual para igual”, porém minimizada pelo poder econômico reafirmado nas relações entre traficantes em diferentes posições no comércio. No tráfico, há o “patrão”, o “gerente” e o “vendedor”. Há distribuidores maiores controlando fluxos e possuidores de suas próprias *lojinhas* nos territórios. Esse poder econômico não esteve associado a uma repressão violenta; antes, se exerceu na livre concorrência entre os comerciantes. A afluência dos negócios do tráfico possui, entretanto, mecanismos políticos e comerciais de imposição daqueles que concentram a distribuição da mercadoria. A tensão é frequente, a violência e a “traíragem” são possibilidades; tramar situações que levem um comerciante para um “debate” com outro é uma tática em voga no *crime*.

Os traficantes estão *sintonizados* no PCC e, simultaneamente, negociando os espaços e oportunidades do mercado. Não tive menção sobre conflitos armados em torno de pontos de drogas e ouvi, durante a pesquisa, três descrições sobre propostas de compra; tem sido mais comum a compra de uma “boca” do que “tomá-la à força”. De qualquer forma, quando um traficante mais rico e, por isso, mais forte, faz uma oferta, isso também pode ser visto como uma ameaça.

O modelo atual de gestão das relações no interior das atividades do tráfico foi identificado por meus interlocutores como consequência da “disciplina” do PCC. Uma das principais finalidades da instituição do “debate” é deliberar sobre o controle da vida, ou melhor, interditar ou liberar (o que tem sido menos frequente) o homicídio. O rearranjo ocasionado pelo grupo em cada unidade prisional sob seu domínio pode ser definido, segundo Marques (2010), por duas políticas: a primeira é caracterizada pelo estabelecimento de medidas visando diminuir o alto índice de assassinatos entre os próprios “ladrões”, com isso pretendendo haver a “união do crime”; a segunda, por um duplo movimento de repúdio e guerra à administração prisional e à polícia. A ênfase da política do PCC, nessa chave, está depositada em táticas de poder em torno da gestão da vida dos presidiários: “paz entre os ladrões” e luta contra o “sistema” que, no discurso da organização, é responsável por violações e violências contra os presidiários. Ao serem transmitidas às ruas, essas políticas são incorporadas e adaptadas aos contextos específicos.

O “comando” do PCC chega às *mentes* por meio da *sintonia*; seu dispositivo é o telefone celular; e sua prática mais eminente é o “debate”, que, em grande medida, implica na gestão dos homicídios. Reconheço no uso da expressão *sintonia* uma operação de difusão das ideias que representam “o mundo do crime”, segundo o marco do PCC, para diferentes contextos em que a sigla tenha relevância. *Sintonia*, nesse sentido, é a conformidade dos procedimentos dos “ladrões” de uma determinada *quebrada* com a teoria política do Primeiro Comando da Capital e com a principal pauta da organização: a “união do crime”. A *sintonia* entre a prisão e a rua transcende os assuntos relativos aos negócios ilícitos; ao propor a “união do crime” e a “paz entre os ladrões”, a *sintonia* do PCC se relaciona com expectativas e anseios de moradores de bairros com grande concentração de presidiários (e ex-presidiários).

A *sintonia* comunica os procedimentos que devem guiar a conduta daqueles que se identificam como “do crime”, mas esses procedimentos devem estar em consonância com os ideais e os interesses da *quebrada*. As “caminhadas” diferentes daquela do crime, a de “manos da periferia”, sintonizam-se também com as condutas e procedimentos comunicados pelos membros do PCC às *quebradas*, na medida em que elas ajudam a pacificar e tornar mais próspera a região. O que “sintoniza” o crime nas *quebradas* é um modelo de racionalidade, uma “inteligência” – a “mente”: escolhas, decisões e ações voltadas a minimizar o sofrimento e aumentar as oportunidades. Essa *mente*, segundo o ponto de vista aqui adotado, não é alimentada exclusivamente pela lógica interna ao crime.

A noção de mente no crime foi abordada recentemente por Adalton Marques. Ele identificou em sua dissertação de mestrado (2009) o modo particular de existir – o “ladrão” – que se baseia na capacidade de “blindar a própria mente” e “entrar na mente do outro”. Segundo o autor, ser um “ladrão” tem a ver com a caracterização de um arranjo inequívoco (às considerações de outrem) de “respeito”, “conduta” e “atitude”, além de “humildade” e “cabulosidade”. “O “cabuloso” é justamente aquele que “não leva psicológico” e que, por conseguinte, é capaz de “entrar na mente do outro” (MARQUES, 2009, p. 63). O autor reconheceu um jogo de forças, modos de defesa da própria mente, envolvido em situações concretas capazes de expor os vínculos entre “ladrões”. Os exemplos citados por ele revelam toda uma tessitura de linguagem desenrolando nos conflitos da mente nos “debates”. Biondi (2010) também ressalta que na relação entre dois prisioneiros tenta-se “dar um psicológico”, “invadir a mente do outro para vencer o debate” e, ao mesmo tempo, tenta-se blindar a própria mente.

### **Encontro de mentes: a sintonia e a queda dos homicídios nas quebradas de SP**

A erosão das fronteiras entre a prisão e a rua engendrou o que chamei aqui de *sintonia* do PCC. Tal *sintonia* é recebida e, de certa forma, incorporada nas *quebradas* também, por jovens não atuantes no tráfico, pois ela é, antes, um *encontro de mentes*: a incidência de perspectivas a partir das quais emergem estruturas de significado compartilhadas entre jovens dos

bairros de periferia de São Paulo, do *crime* ou não; intencionalidades compartilhadas entre jovens de uma mesma geração e que cresceram no mesmo contexto. A diminuição dos homicídios em São Paulo pode ser frágil e transitória – entretanto, é resultado de processos de negociação e de trocas entre pessoas de diferentes segmentos da micropolítica local.

A *mente* não é acionada nos “debates” nos mesmos termos dos neurocientistas – não é algo dotado de uma existência biofísica, como desempenho cerebral; aqui, ela é subjetiva, fenomenal e empregada de acordo com as situações concretas de efetuação das ações. A inteligência do traficante se refere a percepções da realidade, autocontrole das emoções, concepções e manipulação racional – trabalhadas nas relações cotidianas; é escolha, decisão e ação. Atitude, proceder, conduta são expressões de quem possui uma *mente forte, blindada*. A dor de levar um “tapa na cara”, o medo de morrer (e o de matar também), a demonstração da prova em um “debate”, cada um dos processos envolvidos no exercício da *mente criminal* indica um conhecimento nativo envolvendo os sentidos, o emocional e o cognitivo. Por meio do desempenho da fusão de racionalidade prática de gestão da vida cotidiana com a coordenação da palavra e a capacidade de ação, a *mente criminal* se fixa nas *quebradas* como um exemplo de realização no mundo, como um *modo de vida*.

Nas atividades do tráfico, a “caminhada” dos personagens se caracteriza, como já disse, por uma ênfase na *inteligência*. Essa noção, geralmente sintetizada na expressão “ter uma mente”, contesta a visão dominante (preconceituosa) sobre a periferia – como lócus da exclusão e da ignorância condutores à fronteira do humano, à miséria e à violência. O recurso à *mente* marca de forma precisa a característica diferenciadora do “ladrão considerado”. A palavra do “ladrão”, calada pela violência política, é o instrumento mais importante da gestão de suas relações cotidianas. O que revela a inteligência é, principalmente, uma capacidade de articulação da fala, de mediação pela retórica e da habilidade de fazer o interlocutor cair em contradição. São esses os principais mecanismos utilizados por um “bandido” que faz a “disciplina” em um “debate”. A tática de poder do PCC fortaleceu, nos anos 2000, um vocabulário particular do *crime*: *proceder, sintonia, debate, disciplina, mente* passam a compor a linguagem ordinária de jovens dos bairros de periferia de São Paulo, e os seus sentidos são compartilhados e constantemente ressignificados por eles.

O PCC se revelou um conjunto de regimes, práticas e táticas eleitoras da vida como cerne da ação política. Sua avaliação na gestão do negócio das drogas, incluindo a gestão da violência, foi realizada a partir da principal técnica da organização, o “debate”, cuja principal função é deliberar sobre o controle da vida. Essa eleição da gestão da vida como epicentro implica também uma diminuição dos riscos econômicos do varejo das drogas. A economia é um arcabouço significativo para a elaboração das táticas do *crime*, mas evitar o aumento da repressão policial não é o único motivo para a interdição do homicídio. Ao incorporar a vida em seu discurso, o PCC ressignificou o *crime*, deslocando para sua alçada um campo de força comumente vinculado ao Estado. Trata-se, originalmente, de uma organização de presidiários, de defesa de direitos e coordenação da classe, que expandiu seu discurso para as ruas de bairros paulistas com grandes concentrações de presidiários e ex-presidiários. O encarceramento em massa fortalece o PCC.

A capilaridade da organização na *quebrada* não foi notada como o “terror da lei do crime” imposto sobre a “comunidade”; o *proceder* e a *mente* difundidos por meio de *salves* para os presidiários e deles para suas redes de relações familiares e comunitárias permitiu a construção de um modo de resolução privada de conflitos sem ênfase no homicídio – diversamente do que ocorria, por exemplo, com os justiceiros da década de 1980<sup>12</sup> ou com as quadrilhas disputando pontos de venda de drogas da década de 1990.

A violência se exacerba quando o poder de negociação no interior do “mundo dos ladrões” e em sua relação com o público (mediada por polícias e sistema penitenciário) se enfraquece. Em 2006, o evento conhecido como “ataques do PCC” teve como saldo centenas de homicídios em um curto espaço de tempo<sup>13</sup>. Em 2012, um ciclo de vingança entre setores da PM e grupos identificados com o PCC fez disparar novamente os homicídios na periferia da cidade e em outras regiões do estado. Pois as escolhas no “mundo do crime” seguem, como em qualquer lugar, lógicas racionais quanto aos fins – se a palavra garante os fins almejados, é validada. Se não, a violência é uma ferramenta quando a palavra falha. E tal falha é possível. A diminuição dos homicídios nas atividades do tráfico não é um caminho inequívoco. Ela é situacional, sugere um texto em construção, precário e contraditório, mas contendo o germe do novo. O recurso à *mente* compõe, segundo minha análise, o contexto geracional que levou meus interlocutores a participarem de um processo de diminuição drástica dos homicídios em seus bairros na primeira década do século XXI.

12 Como destaca Teresa Caldeira (2000), a resolução privada dos conflitos com a “bandidagem” nos anos 1980 se dava por meio de “justiceiros” com frequência mobilizados por empresários e/ou moradores dos próprios bairros. O repertório de justiça privada não é uma novidade, mas os próprios “criminosos” como atores da resolução sem a força bruta do recurso ao homicídio é uma novidade, observada nesta pesquisa particularmente no estado de São Paulo.

13 Difundido pela imprensa como uma onda de ataques do PCC, o evento ocorrido em maio de 2006 envolveu ataques contra prédios públicos e policiais. O relatório *São Paulo sob Achaque: Corrupção, Crime Organizado e Violência Institucional em Maio de 2006* (IHRC/JUSTIÇA GLOBAL, 2011), maior estudo sobre o tema realizado desde então, aponta a corrupção policial contra membros do grupo o principal elemento disparador do evento. Em uma semana o número de assassinatos chegou a 493, sendo a maioria realizada pela Polícia Militar do estado de São Paulo.

## Referências

- AGAMBEN, Giorgio. (2005), “O que é um dispositivo”. Outra Travessia, nº 5, pp. 9-16.
- BAUMAN, Zygmunt. (2001), Modernidade líquida. Rio de Janeiro, Zahar.
- BIONDI, Karina. (2010), Junto e misturado: Uma etnografia do PCC. São Paulo, Terceiro Nome.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. (2000), Cidade de muros: Crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo, Edusp.
- CUNHA, Manuela Ivone. (2008), “O bairro e a prisão: A erosão de uma fronteira”. Em: CUNHA, Manuela Ivone (org). Aquém e além da prisão: Cruzamentos e perspectivas. Lisboa, 90 graus.
- FELTRAN, Gabriel de Santis. (2008), “O legítimo em disputa: As fronteiras do mundo do crime nas periferias de São Paulo”. Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Vol. 1, nº 1 pp. 93-126.
- \_\_\_\_\_. (2011), Fronteiras de tensão. Política e violência nas periferias de São Paulo. São Paulo, Unesp.
- FOUCAULT, Michel. (2008), Nascimento da biopolítica: Curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo, Martins Fontes.
- GEERTZ, Clifford. (1989), A interpretação das culturas. Rio de Janeiro, Zahar.
- IHRC/JUSTIÇA GLOBAL. (2011), São Paulo sob achaque: Corrupção, crime organizado e violência institucional em maio de 2006 (relatório). International Human Rights Clinic (IHRC)/Justiça Global. Disponível (on-line) em: [http://global.org.br/wp-content/uploads/2011/05/SaoPaulosobAchaque\\_JusticaGlobal\\_2011.pdf](http://global.org.br/wp-content/uploads/2011/05/SaoPaulosobAchaque_JusticaGlobal_2011.pdf)
- MALVASI, Paulo Artur. (2011a), “Suspeito empreendedor de si: Trajeto e sofrimento de um adolescente durante intervenção socioeducativa”. Etnográfica, Vol. 15, nº 3, pp. 501-521.

\_\_\_\_\_. (2011b), “Choque de mentes: Dispositivos de controle e disputas simbólicas no sistema socioeducativo”. R@U: Revista de Antropologia da UFSCar, Vol.3, nº 1, pp. 331-352.

\_\_\_\_\_. (2012), “Interfaces da vida loka: Um estudo sobre jovens, tráfico de drogas e violência em São Paulo”. Tese (doutorado), Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo.

MARQUES, Adalton José. (2009), Crime, proceder, convívio-seguro: Um experimento antropológico a partir de relações entre ladrões. Dissertação (mestrado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

\_\_\_\_\_. (2010), “Liderança, ‘proceder’ e ‘igualdade’: Uma etnografia das relações políticas no Primeiro Comando da Capital”. Etnográfica, Vol. 14, nº 2, pp. 311-335.

SENNETT, Richard. (2008), A corrosão do caráter. Rio Janeiro, Record.

TELLES, Vera da Silva [e] HIRATA, Daniel Veloso. (2007), “Cidade e práticas urbanas: Nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito”. Estudos Avançados, Vol. 21, nº 61, pp. 173-191.

ZALUAR, Alba. (2004), Integração perversa: Pobreza e tráfico de drogas. Rio de Janeiro, FGV.

RESUMEN: El artículo La ‘mente’ y el homicidio: La gestión de la violencia en el tráfico de drogas en São Paulo analiza las tácticas que resultan en la expansión de la influencia del Primer Mando de la Capital (PCC) y su relación con la gestión de la violencia en el ambiente del tráfico de drogas. Presento los resultados de una etnografía realizada en dos barrios de la periferia de São Paulo. Describo el cotidiano de relaciones económicas y políticas en el contexto específico del tráfico y discuto las concepciones nativas sobre las características definidoras del “traficante”, el lugar de la violencia y de la inteligencia en la gestión de los puntos de venta y la difusión del PCC como el poder orientador del crimen. Verifico como el recurso a la noción nativa de “mente” compone un contexto generacional que llevó a la reducción de los índices de homicidios en esos locales en los años 2000.

**Palabras clave:** tráfico de drogas, homicidios, periferia, São Paulo, PCC

**PAULO ARTUR MALVASI** ([paulomalvasi@usp.br](mailto:paulomalvasi@usp.br)) é professor do mestrado profissional Adolescente em Conflito com a Lei da Universidade Bandeirante de São Paulo (Uniban, Brasil), pesquisador do Laboratório Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sociais em Saúde Pública (Liesp) da Faculdade de Saúde Pública (FSP) da Universidade de São Paulo (USP, Brasil) e do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT/CNPQ) Centro de Estudos da Metrópole (CEM)/Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap). É doutor em saúde pública pela FSP/USP, mestre em antropologia social pela USP e bacharel em ciência sociais pela mesma casa.